

**A AVALIAÇÃO DAS ÁREAS ANTROPOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA PELA CAPES E AS MENÇÕES À SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO**

Gustavo Cravo de Azevedo\*  
Jayme Karlos Lopes Reis\*\*  
Juliana Sousa de Araujo Mochel\*\*\*

**RESUMO:** A Lei nº 11.502/2007 (BRASIL, 2007) modifica as competências, a estrutura organizacional da CAPES e apresenta a educação básica - e a formação de professores - como prioridade nacional. Em 2017, tivemos a última divulgação dos documentos de área e da avaliação quadrienal da CAPES. Através da observação dos relatórios das áreas (1) Antropologia, (2) Ciência Política e (3) Sociologia, buscamos saber como a agenda da Pós-Graduação brasileira nessas áreas, expressa nos documentos, colabora na superação de desafios da educação básica como a formação de professores e a melhora da qualidade. Através de análise documental, o trabalho possuiu como foco principal a pontuação da produção acadêmica prevista na Ficha de Avaliação dos Programas voltada para a melhora da qualidade da educação básica, no geral, e para a Sociologia no ensino médio, em particular.

**Palavras-chave:** CAPES. Avaliação. Pós-Graduação. Ensino médio. Ensino de Sociologia.

**ABSTRACT:** The federal law 11,502 / 2007 modifies the competences, the organizational structure of CAPES, presents the basic education and teacher training - as a national priority. In 2017, we had dissemination of area documents and the CAPES four-year evaluation. Through the observation of the reports of the areas (1) Anthropology, (2) Political Science and (3) Sociology, we sought to know how the Brazilian Post-Graduate agenda in these areas, expressed in the documents, contributes to overcoming basic education challenges such as teacher training and quality improvement. Through the documentary analysis, the work was focused on the score provided on academic production in the Program Evaluation Form focused on improving basic education, in general, and Sociology in high school, in particular.

**KeyWords:** CAPES. Evaluation. Post-Graduation. HighSchool. Teaching of Sociology.

### **Introdução**

Em setembro de 2017, foram divulgados os relatórios por área de avaliação de cada uma das áreas científicas no Brasil. A divulgação gerou certa apreensão nos Programas de Pós-

---

\* Doutorando Ciências Sociais PUC-Rio. É pesquisador do LabES/UFRJ e do Núcleo de Estudos Sobre Federalismo, Política e Desenvolvimento (NUFEPD/PUC-Rio). E-mail: gustavo\_cravo@hotmail.com

\*\* Doutorando Ciências Sociais PUC-Rio. É pesquisador do grupo Elites Políticas Brasileiras (EPB/PUC-Rio) e também do NUFEPD/PUC-Rio. E-mail: jaymekrlopes@gmail.com

\*\*\* Doutoranda Ciências Sociais PUC-Rio. Pesquisadora do tema orçamento público, com destaque para orçamento militar. E-mail: juliana\_mochel@hotmail.com

Graduação devido à atualização das notas – e consequente manutenção, subida ou até queda de nota de alguns Programas. A partir da leitura dos relatórios da Antropologia e Arqueologia<sup>1</sup>, Ciência Política e Relações Internacionais<sup>2</sup>, e da Sociologia e Ciências Sociais<sup>3</sup>, nos chamou atenção o fato de os documentos mencionarem, de diferentes maneiras, a contribuição das áreas para a qualidade da educação básica no país.

O objetivo do artigo é observar como, através de ações da agência, é possível colaborar e articular com a educação básica. Mais especificamente, como os documentos de área<sup>4</sup> e os relatórios de avaliação<sup>5</sup> das três áreas citadas – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – incorporam o desafio da agenda de colaborar com a formação continuada de professores atuantes na educação básica, com a produção de conhecimentos sobre a educação básica em geral e a Sociologia no ensino médio em particular, com a produção de material didático para salas de aula, e, de maneira geral, para melhorar a qualidade da educação básica.

A Lei nº 11.502/2007 (BRASIL, 2007) modifica as competências e a estrutura organizacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atribuindo que a agência passe então a atuar também na formação de professores da educação básica. Em resumo, a CAPES continua a atuar na educação superior, onde possui reconhecida *expertise*, e passa a atuar também na melhoria da qualidade da educação básica, função essa que constitui um grande desafio estratégico nacional.

Através da análise das atas do Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB), Souza (2017) investiga o papel da CAPES na condução da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. O autor esclarece que a instalação do CTC-EB/CAPES se deu para amparar as ações do Ministério da Educação voltadas à formação de professores da educação básica. A ideia era aproveitar a *expertise* da agência de fomento na condução do Sistema Nacional de Pós-Graduação para desenvolver, junto ao MEC, o Sistema Nacional de

<sup>1</sup> No Brasil, há um único documento para as áreas Arqueologia e Antropologia.

<sup>2</sup> No Brasil, há um único documento para as áreas Ciência Política e Relações Internacionais.

<sup>3</sup> Geralmente, Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, programas que pretendam abrigar pesquisas das três tradições das Ciências Sociais no Brasil, Antropologia, Ciência Política, Sociologia, são avaliados pela Sociologia. Por isso o nome da área é Sociologia e Ciências Sociais, em vez de somente Sociologia.

<sup>4</sup> Segundo informações retiradas do site da Avaliação Quadrienal da CAPES, os documentos de área possuem estrutura dividida em cinco tópicos contendo considerações gerais sobre o estágio atual da área, considerações sobre a avaliação quadrienal, as fichas de avaliação que serão utilizadas no quadriênio para programas acadêmicos e profissionais, critérios de internacionalização, além de outras considerações específicas de cada área de avaliação. É um documento propositivo e indica como os Programas de cada área serão avaliados.

<sup>5</sup> Segundo informações retiradas do site da avaliação quadrienal da CAPES, os relatórios de avaliação seguem as indicações dos documentos de área e possuem dados gerais sobre a avaliação.

Formação Docente para a Educação Básica de modo a potencializar a oferta de formação de professores, articular os programas oferecidos pelo MEC e evitar esforços em duplicidade.

Souza (2017) afirma que a CAPES prosseguiu com a oferta de determinados Programas e que, até o momento, não conseguiu implementar efetivamente uma política nacional de qualidade na formação docente. Dentro das ações voltadas diretamente para a educação básica, sua nova função desde 2007, a agência atua por meio de um conjunto de Programas coordenados pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)<sup>6</sup>. É fundamental dizer que alguns Programas estão sendo revistos e remodelados e que, no momento, há um cenário de indefinições em algumas ações.

Soma-se às mudanças na CAPES com a lei de 2007, o fato de o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelecer em sua meta número 16 que até 2024 metade dos professores da educação básica no Brasil tenha mestrado ou doutorado. Contam, para isso, com a adesão dos Programas de Pós-Graduação principalmente das universidades públicas a esse projeto.

A Lei nº 11.684/2008 (BRASIL, 2008) garantiu a presença obrigatória da disciplina Sociologia em todo o ensino médio nacional, o que é um grande desafio em relação à formação de professores nas licenciaturas, à produção de livros didáticos e de materiais didáticos em geral, à formulação de currículos, à formação continuada de docentes, à abordagem de temáticas da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia para milhões de estudantes que cursam o ensino médio. A Política Nacional de Formação de Professores (BRASIL, 2017) traz o preocupante dado de que apenas 18,2% dos docentes no país que lecionam a disciplina Sociologia no ensino médio possuem licenciatura em Ciências Sociais. Se adicionarmos a estes os professores apenas com o bacharelado em Ciências Sociais, chegamos a 20%. Ou seja, 80% das pessoas que lecionam Sociologia no ensino médio possuem outras formações<sup>7</sup>. É urgente que a área das Ciências Sociais pense na formação de professores e, além disso, pense em como fixar o professor em sala de aula, dadas as condições docentes em boa parte do país.

---

<sup>6</sup> Para ilustrar melhor as ações fomentadas pela CAPES, segundo os dois relatórios da DEB (2009-2014), citamos as principais ações: (1) Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR); (2) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); (3) Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Professores (LIFE); (4) Programas Novos Talentos; (5) Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA); (6) Cooperação Internacional para Professores da Educação Básica: o Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores (PDPP), dentre outros.

<sup>7</sup> Dados de outubro de 2017 constantes de diagnóstico presente na Política Nacional de Formação de Professores. Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 64-79.

Cabe perguntar: a agenda da pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil é conciliável com a agenda de desafios trazidos pela presença da disciplina Sociologia no ensino médio? Outra pergunta é: Como a produção de conhecimentos das Ciências Sociais pelos Programas de Pós-Graduação pode contribuir para os professores em sala de aula na educação básica? Dessa forma, e dada a mudança no estatuto da CAPES visando à inclusão do objetivo de contribuir com a qualidade da educação básica, um dos objetivos do artigo é observar como os documentos das três áreas se posicionam e pretendem apoiar os desafios da Sociologia no ensino médio.

### **1. Sistema de atribuição de pontos à produção**

Antes de entrarmos nas seções de cada uma das três áreas das Ciências Sociais, onde iremos apresentar o que cada área apresenta como produção voltada à Sociologia no ensino médio, bem como o espaço que ocupam nesta etapa do ensino, segundo palavras dos documentos, iremos apresentar de maneira sucinta como funciona o sistema de pontos dos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Reforçamos que a reflexão desse texto se deu através de uma análise documental e de revisão bibliográfica. Dentre os pontos de análise, cabe destaque à pontuação máxima individual em termos de produção para as pesquisadoras e pesquisadores ligados a PPGs e que se dedicam a produzir livros didáticos, por exemplo. As distintas comunidades acadêmicas, organizadas em suas áreas de saber, possuem autonomia para estabelecer pontuação sobre a produção desde que respeitem um documento padrão da CAPES, com diretrizes sobre o que deve ser avaliado bem como o estímulo à solidariedade em termos de Programas e à integração regional e nacional. Bourdieu (1983) em seu conhecido texto sobre o campo científico traz que há disputas internas dentro deste campo por poder e autoridade. No caso, cabe observar quais atores estão ocupando os cargos de representantes das áreas na CAPES e quais são seus interesses. Para este artigo, interessa saber que campo científico possui métodos e temas tidos como privilegiados, e os temas no entorno do Ensino de Sociologia não têm sido um deles. Segundo Oliveira & Ferreira (2015, p. 31):

Deve-se frisar, desde o começo, que o pesquisador que opta por se voltar para o universo da licenciatura nas Ciências Sociais encontra-se duplamente excluído do campo científico, pois, em primeiro lugar, a sociologia é bastante 'íngrata', se considerarmos que a grande maioria das pessoas julga poder/saber discutir os objetos de pesquisa sociológicos, assim deslegitimando o conhecimento do especialista (BOURDIEU;

CHAMBOREDON; PASSERON, 2004), e, em segundo, a discussão sobre o ensino ainda é marginal nessa seara, portanto, ao se voltar para a pesquisa sobre um tema de ‘menor prestígio’ em uma ciência soft, o pesquisador se constitui como ‘duplamente marginal’.

Importante trazer para esse debate o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). O atual, e sexto PNPG, estabeleceu metas para os anos 2011 a 2020. Antes de criticarmos a baixa quantidade de pontos atribuídos a quem se propõe a produzir em nível de pós-graduação para a melhoria da educação básica, é importante esclarecer que foi somente na quinta versão do PNPG (2005-2010) que começou a constar como preocupação de maneira mais clara a formação pós-graduada para todos os níveis de ensino. É uma diretriz relativamente recente, mas que já aparece nos relatórios de área dos anos 2010, 2013 e 2017. Em outras palavras, a Lei nº 11.502/2007 (BRASIL, 2007), que modifica as competências, a estrutura organizacional da CAPES, e apresenta a educação básica - e a formação de professores - como prioridade nacional, está alinhada ao PNPG (2005-2010). Nas palavras do documento, há uma indução estratégica do Plano Nacional de Pós-Graduação para abarcar algumas agendas nacionais. A educação básica é uma delas. Existem outras citadas, como, por exemplo, a saúde pública, o desafio urbano, e problemas ligados ao pré-sal e à energia.

O PNPG (2011-2020) estabelece que o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) desenvolva estudos relativos à formação de professores, ao estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, à gestão das escolas e à adequação dos currículos, tendo em vista as necessidades e os interesses dos adolescentes e jovens sujeitos da educação básica, notadamente do ensino médio. Se a preocupação inicial da CAPES se restringia à formação acadêmica para que pesquisadores desenvolvessem suas pesquisas com eficiência, é preciso reconhecer que é notável o esforço de indução estratégica para que programas de pós-graduação tenham uma maior preocupação com as demandas da sociedade, como a melhora da qualidade da educação básica, sobretudo na etapa ensino médio. Para este artigo, é importante captar o que dessa intenção resultou em materialidade. A avaliação dos Programas de Pós-Graduação conta com uma ficha de avaliação, e, nesta, foram criados itens, que contabilizam pontos de produção para os Programas, pedindo a inserção social e/ou explicitamente ações dos programas voltadas para a educação básica.

Abaixo, apresentamos a tabela 1 e a tabela 2. A tabela 1 mostra o peso de cada quesito na Ficha de Avaliação. Tomamos como exemplo para esta seção a ficha de Sociologia, por ser o documento que mais se aproxima da Sociologia no ensino médio, conforme iremos abordar Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 64-79.

mais adiante neste artigo. A ficha é composta de cinco itens: (1) proposta do programa; (2) corpo docente; (3) corpo discente, teses e dissertações; (4) produção intelectual; (5) inserção social.

A tabela 2 exhibe a produção voltada para a educação básica e está situada dentro da Inserção Social dos Programas, contribuindo, no máximo, para 10% da nota do Programa. Esses 10% estão divididos entre três itens: (1) Inserção e Impacto Regional e (ou) Nacional do Programa; (2) Integração e Cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação; (3) Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.

**Tabela 1 – Distribuição de Pontos**

Proposta do Programa	0%
Corpo Docente	20%
Corpo Discente, Teses e Dissertações	30%
Produção Intelectual	40%
Inserção Social	10%
Total	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios de área CAPES 2017

**Tabela 2 – Distribuição dos 10% de pontos do item Inserção Social**

Inserção e Impacto Regional e (ou) Nacional do Programa	5,5%
Integração e Cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação	3,0%
Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação	1,5%
Total	10%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios de área CAPES 2017

A produção voltada à Sociologia no ensino médio é contabilizada neste primeiro item: Inserção e Impacto Regional e (ou) Nacional do Programa, que vale até 5,5% da nota da Pós. Ao contabilizar cerca de 5% da nota do Programa, será que algum pesquisador ou alguma pesquisadora pode se dedicar, sem maiores preocupações em termos de produção a ser avaliada pela CAPES, a este tipo de produção? Vamos partir da hipótese que algum pesquisador ou pesquisadora deseje produzir para a Sociologia no ensino médio. Essa pessoa, após, digamos, dois anos de dedicação para produzir um livro didático, poderá vir a ser pressionada pelos colegas do Programa no sentido de que precisa produzir artigos, que é o que pontua. Voltamos

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 64-79.

a uma das perguntas do início do texto: a educação básica e a Pós-Graduação no Brasil, da maneira como está desenhada a distribuição de pontos, são agendas e interesses conciliáveis? Por último, a tabela 3 mostra, sem definir exatamente a pontuação, como podem ser obtidos esses 5,5% de pontos.

**Tabela 3 – Atividades componentes dos 5,5% de Pontos do item Inserção e Impacto Regional e (ou) Nacional do Programa**

Inserção e impacto regional e/ou nacional	Integração, cooperação e intercâmbio com outros centros de ensino e pesquisa
	Programas foram avaliados pelo envolvimento de seus docentes e discentes na formação e consolidação de novos núcleos de pós-graduação.
Formação de Recursos Humanos e contribuição à educação básica	Produção de materiais técnicos e didáticos
	Atividades de formação de recursos humanos em cursos de Lato Sensu, Aperfeiçoamento e Extensão
	Contribuições à melhoria do ensino público fundamental e médio.
Transferência de conhecimento	Transferência de conhecimento para públicos não acadêmicos
	Transferência de conhecimento para órgãos governamentais e não-governamentais

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de área CAPES Sociologia 2017

Sobre o tema do sistema de pontos para a produção voltada para a educação básica, o texto produzido pelo sociólogo Gustavo Biscaia, autor de livros didáticos, é bem esclarecedor. Reproduzimos aqui um trecho do texto:

Gozando de uma necessária e correta autonomia intelectual, cada comitê elabora e aplica os próprios critérios para avaliação da produção científica. Esses critérios referem-se a classificações gerais elaboradas pela Capes para avaliar revistas científicas e também livros. No caso dos livros, a hierarquia vai de L1 (livros ruins) até L4 (livros de excelência). Entre os vários comitês, há o de Ciência Política e Relações Internacionais. Esse comitê decidiu que os livros didáticos de Ciência Política e Relações Internacionais, bem como os

de áreas vinculadas, como Sociologia Política e Pensamento Político Brasileiro, devem todos eles ter notas L1 e L2. O que isso quer dizer? Quer dizer que, para o comitê da área de Ciência Política e Relações Internacionais que avalia a produção nacional de Ciência Política e Relações Internacionais (e campos relacionados), a produção de material didático não é importante. Em outras palavras, para o dito comitê, produzir livros que visem a educar a população brasileira, que visem a sistematizar o conhecimento da área (extremamente disperso e fragmentado, diga-se de passagem), que visem a auxiliar o grosso da população a entender um pouco o que é a política brasileira; enfim, produzir livros que tenham uma certa utilidade social mais ampla não é importante nem é relevante. Sendo mais direto: para o dito comitê, produzir livros didáticos é perda de tempo. (BISCAIA, 2018, sem página)

## 2. Antropologia e Arqueologia

O relatório 2017 da CAPES aborda a grande internacionalização da Antropologia brasileira e com grande influência na América Latina. Já quando falamos da Antropologia na educação básica, cabe-nos, antes de avançarmos na discussão, analisar a relação entre o ensino de antropologia e o ensino médio e fundamental no Brasil. Esta ciência inexistente enquanto componente curricular protagonista, e seu espaço de ensino se dá por meio da disciplina Sociologia (OLIVEIRA, 2013). A presença da Antropologia nas aulas de Sociologia tem se substanciado principalmente através dos conceitos ligados à ideia de cultura, como os conceitos de estranhamento, etnia, etnocentrismo, etnografia (relacionada à dinâmica de trabalho de campo), racismo, entre outros, temas recorrentes nas diretrizes para o ensino de sociologia no ensino médio (SALZANO, 2009).

Não podemos simplificar a Antropologia a um papel “auxiliar”, tendo em vista que esta ciência possui uma dinâmica e características próprias, e um campo de atuação específico, ainda que de forma fluida com outros campos do saber. A contribuição pode ser feita por meio de leituras diversificadas, trazendo uma substancial contribuição teórica para a formação do aluno do ensino médio, como também através da realização de aulas de campo, apresentando aos alunos a metodologia própria da Antropologia, ainda que haja limites para sua aplicabilidade na realidade escolar brasileira (GOMES, 2007).

Neste sentido, analisando os documentos de avaliação dos cursos pela CAPES de 2010 a 2017, estes parecem refletir o distanciamento metodológico e o papel de suporte, muito maior do que de protagonista, no ensino médio<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Foram analisados os documentos da CAPES: Documento de Área Antropologia 2010, Relatório de Avaliação Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 64-79.

Para começar, é importante destacar que quando foram buscadas as expressões “ensino médio e fundamental” e “formação de professores”, tanto no documento de área quanto no relatório de avaliação 2010, não há menções a estas expressões. Já nos relatórios de 2013 e 2017, existem inclusive tópicos específicos tratando do ensino médio e fundamental no documento de área e também no relatório de avaliação, neste último na parte de Inserção Social.

Falando do documento de área, ele diz que inserção do conhecimento antropológico no ensino fundamental e médio se faz de diferentes formas como efeitos da inserção social: conectadas a projetos sociais; através da integração dos estudantes do ensino médio e do ensino fundamental em atividades de extensão e de pesquisa; com a oferta de cursos de aperfeiçoamento ou de extensão dirigida a professores do ensino médio e fundamental; através da oferta das disciplinas de Antropologia nos cursos de licenciatura em ciências sociais; na oferta de cursos de extensão para docentes do ensino médio e fundamental; com livros-textos para ensino médio e fundamental, na produção de livros-textos-cartilhas-vídeos para o ensino sobre diversidade sexual, racial e de gênero nas escolas de ensino médio e fundamental; na participação junto à comunidade indígena e quilombola, na produção de conteúdo didático, na oferta de cursos para professores indígenas e quilombolas e através da formação de profissionais diversos.

A Antropologia reconhece seu espaço específico no ensino médio através da disciplina Sociologia, porém não se reconhece como protagonista<sup>9</sup>. Os documentos de área e relatórios de avaliação da Antropologia, com destaque para os dos anos 2013 e 2017, exploram bem a contribuição da área para a educação básica como a formação de professores e a produção de material didático.

### 3. Ciência Política e Relações Internacionais

No relatório da CAPES 2013, que abrange o triênio 2010-2012, observamos um aumento de 154% no número de Programas com mestrado e 183% com doutorado na área. Tais números estavam acima da expansão registrada pelo conjunto do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que foi de 42% para Programas de mestrado e 65,1% para os de doutorado

---

Antropologia 2010, Documento de Área Antropologia 2013, Relatório de Avaliação Antropologia 2013, Documento de Área Antropologia 2017, Relatório de Avaliação Antropologia 2017.

<sup>9</sup> E a Arqueologia reconhece sua abordagem na educação básica dentro da disciplina História. Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 64-79.

(CAPES, 2013). Ao analisarmos o relatório quadrienal da CAPES 2013-2016, observa-se a mesma tendência: crescimento do número de programas e aumento do número de alunos e titulações. De acordo com os dados, em 2017, a área conta com 23 Programas com mestrado e doutorado, 40 mestrados acadêmicos e 11 mestrados profissionais. Ou seja, a área passou por recente e considerável expansão.

No relatório da CAPES de 2013, encontramos referência ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011- 2020) no qual há um conjunto de metas estabelecidas para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira e dentre elas está a contribuição com a educação básica (CAPES, 2013).

Ainda segundo o documento de área da CAPES de 2013, a Ciência Política não se reconhece no ensino médio, já que o documento afirma não ter uma disciplina específica na grade disciplinar desta etapa de ensino, embora possa desenvolver ações que gerem impactos na formação de professores e na educação básica. Um exemplo dessas atividades é o Modelo Intercolegial das Nações Unidas:

Embora não possua disciplina específica na grade curricular do ensino médio, a Área de Ciência Política e Relações Internacionais podem desenvolver ações de impacto na formação de professores para o ensino médio, reforçando conteúdos em áreas como formação e estrutura das instituições políticas brasileiras, relações intergovernamentais, políticas públicas, relações internacionais. Quanto a inserção no ensino médio, pode-se destacar experiências desenvolvidas por Programas da Área, em projetos de extensão, a exemplo do MINI-ONU, que já se encontra consolidado há mais de 10 anos de existência na PUC-MG. (Documento de Área, 2013, p.12-13)

Já no relatório de 2017, no que tange à questão da Produção técnica, a produção docente e discente de material didático/ instrucional para educação básica é um critério de avaliação. Ao avaliar a inserção social do Programa, analisa-se o impacto educacional, ou seja, sua contribuição para melhoria não só da educação superior, mas também da educação básica e do ensino técnico/profissional. Abrange ainda o desenvolvimento de técnicas inovadoras de ensino (CAPES, 2017).

O relatório de Ciência Política, porém, deixa de relatar que contribui para a educação básica em geral e para a Sociologia no ensino médio em particular ao abrigar em seus Programas de Pós-Graduação docentes atuantes na educação básica ou pesquisadores dentro da temática.

#### **4. Sociologia e Ciências Sociais**

Embora a entrada da Sociologia no ensino médio tenha sido anterior à implementação do curso de graduação em Ciências Sociais no Brasil, é conhecida a intermitência da presença da disciplina no ensino médio (MACHADO, 1987).

Para este artigo, nos interessam os documentos de área de Sociologia e Ciências Sociais dos anos 2010, 2013 e 2017 porque trazem menções à educação básica após a Lei nº 11.502/2007 (BRASIL/2007). Estes três documentos fazem considerável maior menção à Sociologia no ensino médio do que os respectivos documentos de área da Antropologia e da Ciência Política, razão pela qual este item é maior do que os anteriores.

O documento de área 2010, quando mostra os objetivos da área Sociologia, não demonstra nada explícito sobre a melhora da educação básica. Limita-se a explicar que dentre os objetivos da área estava “divulgar conhecimento para públicos não-específicos”, o que não deixa clara nenhuma referência à educação básica. O documento 2010, faz referência em seu quesito 5 (inserção social) de que contam pontos para o Programa de Pós-Graduação contribuir na formação de recursos humanos qualificados, dentre outros, para o ensino elementar, fundamental e médio. Entretanto, não faz menção à aprovação da Lei nº 11.684/2008 (BRASIL, 2008), que aprovou a presença obrigatória da Sociologia nos três anos do ensino médio. O documento também traz dados sobre as mudanças na Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Sociais em doze anos. Mostra que, nesse período, a área conseguiu acelerada expansão e que o número de programas quase dobrou.

O item “Considerações Gerais sobre o estágio atual da área” do documento de área 2013 traz o quesito “Ensino Fundamental e Médio”. Essa parte do documento comenta a aprovação da Lei nº 11.684/2008 e as suas implicações. O documento comenta sobre o primeiro mestrado profissional voltado para formar profissionais que atuem na disciplina Sociologia no Ensino Médio<sup>10</sup>. E afirma que a disciplina deixou de fazer parte do ensino médio em 1971, quando, na verdade, boa parte dos autores que produzem sobre a História da Sociologia no ensino médio no Brasil atribui a saída da disciplina à Reforma Gustavo Capanema em 1942. O texto recente de Fraga (2020) reabre a discussão da cronologia da presença da disciplina ao revelar o curso produzido pela TV Cultura de São Paulo, apresentado nos anos 1969 e 1970.

---

<sup>10</sup> O documento faz alusão ao Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) que iniciou suas atividades no segundo semestre de 2013. Maiores informações disponíveis em: [http://basilio.fundaj.gov.br/mp\\_cienciassociais/](http://basilio.fundaj.gov.br/mp_cienciassociais/). Acesso em 27/01/2020. Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 64-79.

O documento de 2013 esclarece ainda, que, a partir de articulação no âmbito da Sociedade Brasileira de Sociologia, têm sido discutidos programas, organizadas coletâneas e livros-didáticos, assim como o ensino da disciplina passou a constar de linhas de pesquisa de programas de pós-graduação. Handfas e Maçaira (2012) mapearam a produção científica relacionada à subárea Ensino de Sociologia e concluíram que a produção vem em um crescente desde a aprovação da Lei nº 11.684/2008 (BRASIL/2008) e o retorno da Sociologia ao ensino médio. Cabe dizer, entretanto, que, naquele momento, houve exagero do documento em falar em linhas de pesquisa de “Ensino de Sociologia”, no plural, dentro de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais ou Sociologia. Cabe dizer que este, assim como alguns documentos da Antropologia, ressalta que grande parte das investigações produz resultados utilizados em políticas públicas, na docência<sup>11</sup> e na formação de quadros.

No documento de área 2017 consta a novidade da aprovação pela CAPES do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Sociologia – ProfSocio. O mestrado profissional em rede não é uma novidade em diversas outras áreas com presença na educação básica. Para a Sociologia, ou melhor dizendo para as Ciências Sociais, é uma novidade interessante do ponto de vista da formação continuada de professores da disciplina atuantes na educação básica, principalmente em tempos de revogação da Lei nº 11.684/2008 (BRASIL/2008) pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL/2017) – conhecida como lei da reforma do ensino médio<sup>12</sup>.

Cabe destacar que o documento de 2017 enfatiza desde o início a questão da internacionalização. Dentre o Comitê de Área de Sociologia, não há nenhum sociólogo nem socióloga que produz sobre Sociologia no Ensino Médio. O que não é uma crítica porque naturalmente não é possível ter pessoas especialistas em todas as áreas. Porém, a área de Ensino de Sociologia já possui considerável produção, inclusive mapeamentos sobre esta, como pesquisas, teses e dossiês. O documento de área afirma que:

A inclusão da Sociologia na formação dos jovens teve como objetivo reforçar o aprendizado em metodologia investigativa, assim como estimular uma metodologia mais intensiva em relação à reflexão e tomada de decisões a partir de uma análise da realidade. (CAPES, 2010, p. 7)

---

<sup>11</sup> O documento não especifica qual nível de docência – fundamental, médio e/ou superior. Entretanto, como esse trecho vem escrito no quesito “ensino fundamental e médio”, avaliamos que se refere a esse nível de docência, reconhecimento bastante positivo.

<sup>12</sup> Há relativa expectativa da comunidade de sociólogos da educação sobre a presença efetiva da Sociologia como disciplina no ensino médio após essa reforma.

Como conclusão da seção, cabe dizer que há ainda certo desconhecimento dos representantes de área sobre dados e referências atualizados relativos à Sociologia no ensino médio.

### **Considerações Finais**

A leitura da história das Ciências Sociais no Brasil e dos documentos e relatórios das áreas Antropologia e Arqueologia, Sociologia e Ciências Sociais, e Ciência Política e Relações Internacionais deixa claro que a autonomia das diferentes áreas científicas é buscada na Pós-Graduação, o que traz problemas para pensar a presença da disciplina Sociologia no ensino médio. A Antropologia e a Ciência Política ou não se reconhecem como protagonistas no ensino médio, ou, pior, não reconhecem sua presença nesta etapa de ensino, o que poderia ganhar maior espaço de discussão nestes dois Comitês de Área da CAPES.

Acreditamos que este artigo jogou luz em um tema pouquíssimo discutido: a contribuição da Pós-Graduação do Brasil, em específico das três áreas citadas, para a melhora da qualidade da educação básica no país – incluindo em especial a formação de professores da educação básica e a realização de pesquisas com articulação entre as universidades e a educação básica (exemplo do PIBID), e a Sociologia no ensino médio.

Cientes do tamanho do desafio de melhora da qualidade da educação básica no país, e sabendo da – até então – difícil conciliação entre a agenda dos Programas de Pós-Graduação com a agenda de dar suporte à qualidade da educação básica, consideramos, após análise documental e revisão bibliográfica, que as três áreas oferecem contribuições como a produção de material didático e a formação de profissionais que atuam na educação básica e que há espaço para maiores avanços e aproximações. Importante ressaltar, para as três áreas, diferenças entre os documentos de 2010 em relação aos outros - 2013 e 2017. Nas duas últimas avaliações da CAPES, há uma mudança significativa em relação às menções à educação básica.

Para ilustrar um exemplo do que os documentos de área e os relatórios de avaliação podem vir a considerar, chamou atenção, nos documentos de área da Ciência Política o fato da elaboração de material didático para a educação básica contar como produção e, logo, pontos para o Programa de Pós-Graduação na CAPES. E, entretanto, o fato de professores da educação básica estarem sob orientação de mestrado ou doutorado não é considerado colaboração de um Programa de Pós-Graduação com a educação básica. Cabe perguntar: cursar uma pós-graduação

contribui para fortalecer a atividade do docente da educação básica em sala de aula ou contribui para fazer com que esse docente se afaste cada vez mais da educação básica?

Chamou-nos atenção também o fato de a Sociologia, enquanto disciplina presente no ensino médio em todos os estados do país de maneira uniforme a partir de 2008 com a aprovação da Lei nº 11.864/2008, hoje revogada, ser tão pouco vista como possibilidade de desenvolvimento para as três áreas. No momento, um dos maiores campos de trabalho para cientistas sociais é a docência no ensino médio. Dessa forma, entendemos que as três áreas podem buscar se aproximar mais da disciplina Sociologia no ensino médio e dos desafios dessa presença. Citamos como possibilidades de atuação e aproximação: maior atenção à formação continuada de professores de Sociologia atuando na educação básica em nível de pós-graduação; produção de conhecimento sobre a subárea Ensino de Sociologia; maior pontuação para a produção voltada para a educação básica dentro dos documentos de três áreas; espaços para discutir a Sociologia no ensino médio dentro dos maiores seminários da área de Ciências Sociais como Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); linhas de pesquisa dentro dos Programas de Pós-Graduação; dentre outras possíveis contribuições.

### Referências Bibliográficas

BISCAIA, Gustavo. Burrice acadêmica e materiais didáticos de Ciência Política. Disponível em: <https://filosofiasocialepositivismo.blogspot.com/2018/06/burric-academica-e-materiais-didaticos.html?m=0>. Acesso em 27/01/2020.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. Actes de Ia Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

BRASIL. Lei Federal nº 11.502/2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da CAPES.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 11.684/2008. Altera o art. 36 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos de ensino médio.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 13.415/2017. Institui a reforma do ensino médio. Modifica a LDB, o FUNDEB, e institui a educação de tempo integral.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Trienal 2010. Antropologia.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Trienal 2010. Ciência Política.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Trienal 2010. Sociologia.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Trienal 2013. Antropologia.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Trienal 2013. Ciência Política.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Trienal 2013. Sociologia.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Quadrienal 2017. Antropologia.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Quadrienal 2017. Ciência Política.

\_\_\_\_\_. Documentos de Área. Avaliação Quadrienal 2017. Sociologia.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Trienal 2010. Antropologia.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Trienal 2010. Ciência Política.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Trienal 2010. Sociologia.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Trienal 2013. Antropologia.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Trienal 2013. Ciência Política.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Trienal 2013. Sociologia.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Quadrienal 2017. Antropologia.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Quadrienal 2017. Ciência Política.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Avaliação. Avaliação Quadrienal 2017. Sociologia.

FRAGA, Alexandre Barbosa. “Uma análise crítica sobre a reconstrução da trajetória histórica da Sociologia na educação básica: investigando o chamado período de exclusão”. In: Revista Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 56. N. 1, 2020.

GOMES, Ana Laudelina F. “Notas Críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais para a  
Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 25, 1º sem. 2020, p. 64-79.

Sociologia no Ensino Médio”. In: Cronos, v. 8, no 2, p.10-20, 2007.

HANDFAS, Anita e MAÇAIRA, Julia Polessa. “O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica”. In: Revista BIB, São Paulo, n 74, 2012, p. 43-59.

MACHADO, Celso de Souza. “O Ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira: Levantamento Preliminar”. In: R. Fac. Educ, São Paulo, 13 (1): 115-142, jan/jun. 1987.

FERREIRA, V. DO R.; OLIVEIRA, A. “O Ensino de sociologia como um campo (ou subcampo) científico”. In: Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 37, n. 1, p. 31-39, 19 ago. 2015.

SALZANO, Francisco M. “Antropologia no Brasil: É a Interdisciplinaridade Possível?” In: Amazônica – Revista de Antropologia. [S.l.], v. 1, n. 1, abr. 2016.

SOUZA, Valdinei Costa. “Desafios da Capes na condução da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica”. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 13, n. 31, 17 fev. 2017.